



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 682051 - SP (2021/0230473-6)

RELATOR : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**
IMPETRANTE : ALEX GALANTI NILSEN
ADVOGADO : ALEX GALANTI NILSEN - SP350355
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : ANDERSON BACELAR DE JESUS (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de ANDERSON BACELAR DE JESUS em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (HC n. 2146039-97.2021.8.26.0000).

O paciente foi condenado às penas de 15 anos, 10 meses e 26 dias de reclusão em regime inicialmente fechado e 40 dias-multas, pelo cometimento dos crimes tipificados nos arts. 157, § 2º, I e II, 157, § 2º, I e II, e 288, caput, do Código Penal.

O impetrante sustenta que "a manutenção do preso em regime diverso do constante em título judicial é ilegal, incumbindo aos juízes a estrita observância da legalidade, sobretudo a de índole constitucional, pois, caso não seja respeitado tão elementares direitos fundamentais, tais constituir-se-ão em meras declarações retóricas e vazias." (fl. 6)

Alega, ainda, que "Na ausência de vaga em estabelecimento penal adequado é imperioso que o Paciente aguarde em regime aberto ou prisão domiciliar." (fl. 11)

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem, reconhecendo-lhe o direito previsto no indulto natalino do Decreto n. 9.246/2017 ou, alternativamente, "que seja determinado o retorno dos autos à autoridade coatora – 6ª Câmara de Direito Criminal do TJSP –, para que se pronuncie acerca da ocorrência da ilegalidade do ato apontado como coator" (fl. 13).

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

No caso dos autos, relevante destacar que a questão da remoção do preso ao regime intermediário ou sua colocação em prisão domiciliar, não foi tratada no acórdão do tribunal, de modo que a abordagem do tema direto no STJ configuraria, *a priori*, supressão de instância.

Por seu turno, a ausência de debate na origem quanto à tese do impetrante decorreu do reconhecimento da utilização da inadequada via do *habeas corpus* para tal desiderato. *In verbis* (fl. 79):

Frente a esse quadro, por não ser dado ao ilustre impetrante valer-se da via eleita para discutir questão ainda não submetida à apreciação do Juízo de origem, a denunciar a falta de interesse de agir, na perspectiva da adequação processual, exsurge inafastável o não conhecimento do mandamus

O fundamento do acórdão encontra amparo na jurisprudência do STJ:

1. A via eleita revela-se inadequada para a insurgência contra o ato apontado como coator, pois o ordenamento jurídico prevê recurso específico para tal fim, circunstância que impede o seu formal conhecimento. Precedentes. (AgRg no HC 392.161/PR, Relator Ministro Jorge Mussi, Quinta Turma, julgado em 23/05/2017, DJe 31/05/2017.)

1. O Superior Tribunal de Justiça não admite que o habeas corpus seja utilizado em substituição ao recurso próprio (apelação, agravo em execução, recurso especial), tampouco à revisão criminal, sob pena de banalizar o seu precípuo objetivo e desordenar a lógica recursal. (HC 358.472/PR, Relatora Ministra Maria Thereza de Assis Moura, Sexta Turma, julgado em 04/10/2016, DJe 17/10/2016.)

Observa-se, portanto, que a decisão atacada não se mostra flagrantemente ilegal ou teratológica.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 22 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI
Vice-Presidente, no exercício da Presidência